

PORTARIA DE INQUÉRITO CIVIL

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO TOCANTINS, por intermédio do Promotor de Justiça ao final assinado, no uso das atribuições conferidas pelo art. 127, caput, combinado com o art. 129, II e III, da Constituição Federal e pelo art. 25, IV, “a”, e art. 32, da Lei 8.625/93 e 61 da Lei Complementar Estadual n.º 051/08;

CONSIDERANDO ser o Ministério Público “instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis”, competindo-lhe “zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados nesta Constituição, promovendo as medidas necessárias a sua garantia e promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos”;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal dispõe, que a Assistência Social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal em seu art. 226 inseriu a **família** como a base da sociedade, com especial proteção do Estado.

CONSIDERANDO que essa mesma Constituição Federal em seu art. 227 impôs à **família** o dever, assim como da sociedade e do Estado de assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

CONSIDERANDO que essa mesma Constituição Federal em seu art. 227, inciso VI determinou o estímulo do Poder Público, através de assistência jurídica, incentivos fiscais e subsídios, nos termos da lei, ao **acolhimento, sob a forma de guarda**, de criança ou adolescente órfão ou abandonado.

CONSIDERANDO que a Lei 8.069/90, em seu art. 19 garantiu o direito da criança e do adolescente em ser criado e educado no seio de sua **família** e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente que garanta seu desenvolvimento integral.

CONSIDERANDO que a Lei 8.069/90, nesse mesmo art. 19, em seu §3º que a manutenção ou a reintegração de criança ou adolescente à sua **família** terá preferência em relação a qualquer outra providência, caso em que será esta incluída em serviços e programas de proteção, apoio e promoção, nos termos do §

1^o do art. 23, dos incisos I e IV do caput do art. 101 e dos incisos I a IV do caput do art. 129 desta Lei.

CONSIDERANDO que a Lei 8.069/90, em seu art. 25 conceituou que **família natural** é a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes e o parágrafo único disciplinou que entende-se por **família extensa ou ampliada** aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade.

CONSIDERANDO que a Lei 8.069/90, em seu art. 34, caput, determinou ao poder público o estímulo, por meio de assistência jurídica, incentivos fiscais e subsídios, o **acolhimento, sob a forma de guarda**, de criança ou adolescente afastado do convívio familiar.

CONSIDERANDO que mesmo diante dessa normativa que determina esse estímulo ao acolhimento sob a forma de guarda, o Governo Brasileiro tipificou pela Resolução 109 do CNAS, apenas os seguintes serviços da assistência social:

Art. 1º. Aprovar a Tipificação nacional de Serviços Socioassistenciais, conforme anexos, organizados por níveis de complexidade do SUAS: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade, de acordo com a disposição abaixo:

I - Serviços de Proteção Social Básica:

- a) Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família - PAIF;
- b) Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos;
- c) Serviço de Proteção Social Básica no domicílio para pessoas com deficiência e idosos.

II - Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade:

- a) Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos - PAEFI;
- b) Serviço Especializado em Abordagem Social;
- c) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida - LA, e de Prestação de Serviços à Comunidade - PSC;
- d) Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosos(as) e suas Famílias;
- e) Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

III - Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade:

- a) Serviço de Acolhimento Institucional, nas seguintes modalidades:
 - abrigo institucional;
 - Casa-Lar;
 - Casa de Passagem;
 - Residência Inclusiva.
- b) Serviço de Acolhimento em República;
- c) Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora;
- d) Serviço de Proteção em Situações de Calamidades Públicas e de Emergências.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

CONSIDERANDO que muitos municípios passaram a implementar o Programa/Serviço de Cuidados em Família Extensa, por meio de Lei Municipal e que ainda não há movimentação nesse sentido na capital do Tocantins- Palmas;

CONSIDERANDO ser diretriz das ações governamentais na área da assistência social a descentralização político-administrativa, cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal, bem como a entidades beneficentes de assistência social;

CONSIDERANDO que a proteção social especial tem como objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direitos, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violações de direitos;

CONSIDERANDO que a implementação do Programa/Serviço de Cuidados em Família Extensa, por meio de Lei Municipal, viria ao encontro da defesa e garantia de direitos de crianças e adolescentes com seus direitos violados, afastadas de suas famílias ou em situação de acolhimento institucional;

CONSIDERANDO, que dentre os programas de proteção previstos no art. 90 da Lei 8.069/90, o inciso I trata da **orientação e apoio sócio-familiar**;

CONSIDERANDO, que dentre as medidas de proteção passíveis de serem aplicadas no art. 101, vê-se que o inciso II trata da **orientação, apoio e acompanhamento temporários**;

CONSIDERANDO que o Programa/Serviço de Cuidados em Família Extensa pode servir numa estratégia de prevenção ao afastamento do convívio familiar, bem como à reintegração, nos casos das crianças e adolescentes já acolhidas.

CONSIDERANDO que conforme apurado pela Promotoria de Justiça, o Programa/Serviço de Cuidados em Família Extensa do município de Palmas ainda não existe;

No exercício das atribuições previstas pelo art. 129, inciso III, da Constituição Federal, combinado com o art. 201, incisos VI, VII e VIII, da Lei Federal nº 8.069/90,

Resolve instaurar o presente inquérito civil e determino as seguintes diligências:

1. A expedição de ofício à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (Sedes), ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), e ao Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS) comunicando acerca da instauração desse ICP;

2. No ofício encaminhado a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social (Sedes), deve ser solicitadas as seguintes informações:

- a) Se há tratativas do município no sentido de implementar o Programa/Serviço de Cuidados em Família Extensa, também conhecido como Guarda Subsidiada/Família Guardiã neste município;
- b) Caso já exista alguma iniciativa nesse sentido, informe as providências adotadas pelo município para a criação do Programa/Serviço de Cuidados em Família Extensa.
- c) Apresentar o custo médio, *per capita*, de cada acolhido, nos Serviços de Acolhimento Institucional desta capital.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Palmas/TO, em 14 de agosto de 2023.

Sidney Fiore Junior
Promotor de Justiça

